Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Autoridades e especialistas debatem os resultados proporcionados à sociedade por meio de pesquisa e desenvolvimento

Propriedade intelectual como vetor da inovação

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» VICTOR CORREIA

Ao celebrar os 35 anos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), o presidente da entidade, Renato Porto, defendeu a valorização da propriedade intelectual como pilar fundamental para o avanço da inovação e da saúde pública no Brasil. A afirmação foi feita durante o *Summit Propriedade Intelectual: Desafios e Avanços na Proteção à Inovação*, realizado ontem pelo **Correio Braziliense** em parceria com a Interfarma e mediado pelos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza.

"O Brasil é prova de que, nesses 35 anos, tudo mudou na saúde. O setor farmacêutico também mudou e vem construindo novas realidades", afirmou, destacando o papel da indústria na criação de medicamentos que promovem bem-estar e até curas.

Na explanação que fez, Porto relacionou a evolução do SUS ao fortalecimento de políticas públicas e à vigilância da imprensa, usando como referência a capa de uma edição do **Correio** da década de 1990, que expunha a precariedade nas unidades públicas de saúde. "Essa capa mostra crise nos hospitais públicos. E o que aconteceu de lá para cá? Aconteceu que tivemos a estruturação do SUS, vimos a imprensa brasileira cada vez mais vigilante e vimos que políticas públicas na saúde tiveram efeito", salientou.

Além das mudanças no sistema público de saúde, os últimos 35 anos mostraram alterações no setor de pesquisas farmacêuticas no Brasil. "O setor farmacêutico vem construindo, todos os dias, uma nova realidade. Também somos testemunhas dessa evolução e, principalmente, de medicamentos que chegam às pessoas, trazem bem-estar e chegam próximos ou já chegaram à cura. Isso faz parte da nossa capacidade de inovar, de ser protagonista na inovação", observou.

Depois de relacionar as inovações na saúde pública brasileira com um histórico dos avanços na indústria farmacêutica, o presidente da Interfarma ressaltou a necessidade de ampliar as discussões sobre propriedade intelectual com a diminuição de tempo para a garantia de uma patente cedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. "O tema é o caminho para garantir o ciclo de evolução na saúde brasileira. Sem termos um arcabouço adequado para proteger os inventos (patentes), as pesquisas e, consequentemente, invenções, não são feitas. E essas são análises que podem desenvolver tratamentos mais eficazes e até curas para doenças. A propriedade intelectual é o caminho para garantir o ciclo de evolução da saúde brasileira", advertiu.

Na defesa da necessidade de otimização na concessão de patentes na indústria farmacêutica, Renato Porto classificou essa inovação como "necessária" a outras indústrias. "O ciclo da inovação é o melhor caminho para solução de qualquer problema, seja um do setor de transportes, da área de telecomunicações, ou seja o que há de mais importante: a solução para a vida, para a saúde das pessoas. Mais uma vez: é preciso manter esse ciclo da inovação, continuar todos os dias trabalhando neste sentido", enfatizou.

Patentes

Para o advogado e ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, a situação da propriedade intelectual no Brasil é "muito séria", pois há lacunas que impactam as pesquisas e desenvolvimento de produtos e de novos serviços. Ele alertou para os riscos aos setores que trabalham e que dependem da inovação.

"Se não houver previsibilidade, o investidor leva seu capital para países com sistemas de proteção mais robustos", advertiu.

Cardozo criticou a fragmentação de interesses no país, lembrando a chamada "Lei de Gérson" — expressão popularizada nos anos 1970 e que significa a um caldo cultural de tirar vantagem em qualquer situação. "Lembro de uma campanha na tevê [de uma marca de cigarro]. Gérson era um jogador [da seleção brasileira] e [para exaltar o produto que anunciava, que supostamente combinava qualidade com baixo preço] dizia: 'Gosto de levar vantagem em tudo'. O Gerson não joga mais, mas isso está incorporado à nossa cultura", lamentou.

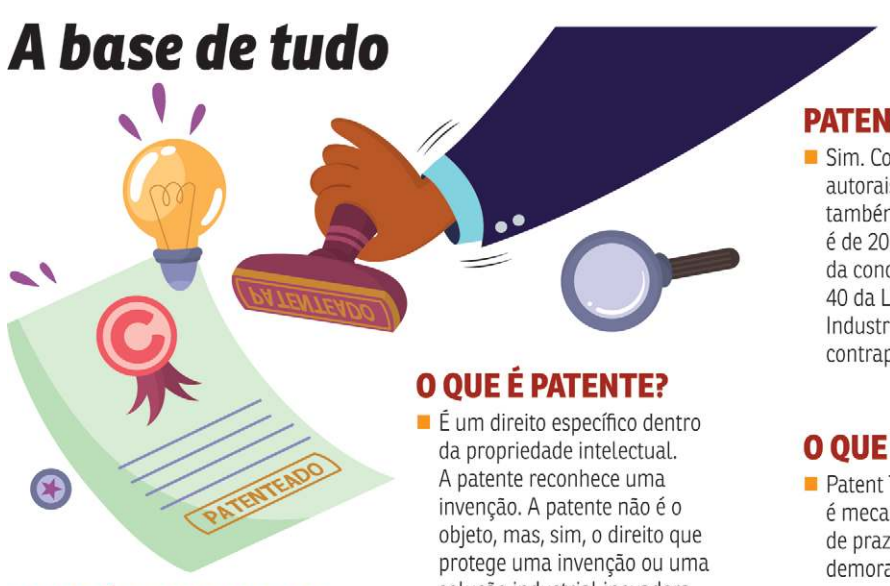
Segundo o ex-ministro, também é um equívoco acreditar que a iniciativa privada é quem mais investe em pesquisa e desenvolvimento. Cardozo lembra que são as agências estatais de fomento, além de outras entidades de Estado, as principais responsáveis pela aplicação maciça de recursos por meio de financiamentos públicos.

"Tem que gastar quando a área é essencial e fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Um Estado magro não enfrenta os desafios do nosso tempo", afirmou.

O ex-ministro defendeu, ainda, uma ampla mobilização nacional que envolva Legislativo, Judiciário, setor privado e sociedade civil para modernizar a legislação sobre patentes e garantir segurança jurídica. Mas sem perder de vista o papel social da propriedade intelectual.

O presidente do **Correio**, Guilherme Machado, destacou a importância das patentes para a inovação em todos os países do mundo. Para ele, a defesa da propriedade intelectual é fundamental para a evolução dos negócios.

"É um tema que me encanta, vejo a importância dele. No mundo de hoje, a inovação é palavra-chave. A patente é fundamental para que isso possa evoluir de forma saudável e lucrativa", frisou.



O QUE É PROPRIEDADE INTELECTUAL?

- Os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) são concedidos a determinados titulares, a certas funções e em alguns países. São direitos concedidos nacionalmente e que protegem bens intangíveis resultantes da criação humana. Por exemplo: direitos autorais, direitos industriais e direitos de gênero. Os DPIs estão, necessariamente, associados a reconhecimento, ao controle e à remuneração de criadores — tais como novidades de inovação, exclusividade temporária e limitada em lei, e bens intangíveis com valor econômico.

Fonte: advogada Ana Carolina Cagnoni

O QUE É PATENTE?

- É um direito específico dentro da propriedade intelectual. A patente reconhece uma invenção. A patente não é o objeto, mas, sim, o direito que protege uma invenção ou uma solução industrial inovadora — algo do ponto de vista técnico que agrega um avanço, uma outra arquitetura de desempenho, outra formatação. No Brasil, os registros são feitos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e praticamente todos os países têm uma instituição de Estado para cuidar das patentes. Já a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) administra o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT, que não concede patentes diretamente, mas facilita o processo de pedido em vários países simultaneamente). Um pedido PCT pode ser, posteriormente, convertido em pedidos nacionais ou regionais nos países de interesse do requerente.

PATENTE TEM PRAZO?

- Sim. Como todos os direitos autorais têm prazo, as patentes também têm prazo — no Brasil é de 20 anos, contados a partir da concessão da patente (art. 40 da Lei de Propriedade Industrial). O prazo é a contrapartida da exclusividade.

O QUE É PTA?

- Patent Term Adjustment (PTA) é mecanismo de compensação de prazo de patente quando há demora excessiva na análise na concessão.

O QUE É O TRATADO DE BUDAPESTE?

- O Tratado de Budapeste é um acordo internacional que visa facilitar o processo de depósito de microrganismos para fins de patente, permitindo que os inventores depositem amostras em uma única Autoridade Depositária Internacional (IDA), em vez de depositar em cada país onde buscam proteção. Isso simplifica o processo e reduz custos para os depositantes.

Valdo Virgo/CB/D.A Press

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press

O setor farmacêutico vem construindo, todos os dias, uma nova realidade. Também somos testemunhas dessa evolução e, principalmente, de medicamentos que chegam às pessoas, trazem bem-estar e chegam próximos ou já chegaram à cura"

Renato Porto, *presidente da Interfarma*

É um tema que me encanta, vejo a importância dele. No mundo de hoje, a inovação é palavra-chave. A patente é fundamental para que isso possa evoluir de forma saudável e lucrativa"

Guilherme Machado, *presidente do* ***Correio Braziliense***

Tem que gastar quando a área é essencial e fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Um Estado magro não enfrenta os desafios do nosso tempo"

José Eduardo Cardozo, *advogado e ex-ministro da Justiça*

Oito em 10 brasileiros tiveram contato com câncer

» DANANDRA ROCHA

Na segunda palestra do evento, que tratou sobre o impacto social da inovação de medicamentos para pacientes com câncer, a presidente e fundadora do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz de Camargo Barros, trouxe um panorama sobre os desafios enfrentados por pacientes oncológicos no Brasil. Ela fez questão de salientar que a doença é parte da realidade da maioria dos cidadãos.

"Oito em cada 10 brasileiros já tiveram algum contato com o câncer; quatro em cada 10 já tiveram câncer ou alguém realmente muito próximo do núcleo familiar", afirmou, para completar: "Estamos diante da doença que mais vai matar brasileiros nos próximos anos. Então, é uma doença que sem dúvida precisa de muito mais atenção, que já chegou muito pertinho das pessoas. E vai chegar ainda mais perto".

Luciana apresentou números segundo os quais o Brasil registra aproximadamente 700 mil novos casos de câncer por ano, sendo que mais da metade é diagnosticada em estágios avançados. A presidente do Instituto Oncoguia enfatizou que a descoberta tardia da doença agrava o sofrimento dos pacientes e expõe as desigualdades na saúde pública.

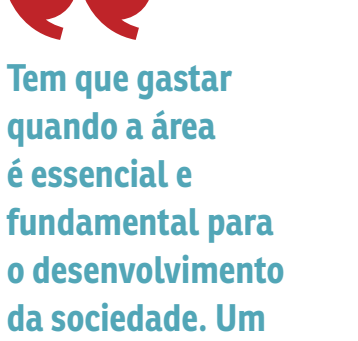
Desigualdades

De acordo com o estudo *Meu SUS é diferente do seu SUS*, elaborado pelo Instituto Oncoguia, o CEP onde o paciente mora pode determinar o tipo de tratamento a que ele terá acesso, segundo Luciana. "Acabamos constatando que, sim, o meu SUS continua diferente do seu. Mostra o quanto a falta de equidade acontece, de forma generalizada, no país", criticou.

Apesar do cenário desafiador, Luciana destacou que há boas notícias. A ciência e a tecnologia vêm avançando no campo da oncologia, com tratamentos mais eficazes, menos tóxicos e capazes de oferecer mais tempo e qualidade de vida. Ela pontuou que essas inovações, no entanto, ainda não alcançam todos.

"Inovar o medicamento oncológico é muito mais do que lançar uma nova fórmula no mercado. É reacender a esperança onde havia antes silêncio. É reescrever histórias que pareciam ter um final anunciado. Cada inovação que chega, transforma a vida dos pacientes, permitindo não apenas mais dias, mas mais vida em cada", ressaltou.

O impacto social da inovação, segundo Luciana, vai além da eficácia clínica — define uma transformação real na vida dos pacientes, quando o acesso ao tratamento é garantido no tempo e na forma corretos. "O verdadeiro impacto social só acontece quando essa inovação tão esperada ultrapassa os muros dos laboratórios e alcança, de fato, a vida de cada paciente que tem um tempo certo, um lugar certo, com a dignidade que cada ser humano merece. Inovar é plantar futuro, mas garantir o acesso à inovação é fazer esse futuro florescer para todos", salientou.



Inovar o medicamento oncológico é mais do que lançar uma fórmula"

Luciana Holtz, *presidente do Instituto Oncoguia*